

DESCONSTRUINDO A COLONIALIDADE NO ENSINO: O BILINGUISMO EM GUINÉ-BISSAU E MOÇAMBIQUE

Vanessa Rodrigues Fuma¹
Madalena da Conceição Cangela de Mendonça²
Orientadora: Eliana Márcia dos Santos Carvalho³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo central desconstruir a colonialidade no ensino, explorando o potencial do bilinguismo como uma abordagem que pode desafiar e transformar as práticas educacionais coloniais em Moçambique e Guiné-Bissau. Esses dois países foram vítimas da colonização europeia, sob o controle de Portugal. Ambos são ricos em diversidade linguística, étnica e cultural, mas, por efeitos da colonização, a língua portuguesa passou a ser a única língua oficial e de prestígio. Em Moçambique, verificamos que, apesar de ter sido a única língua oficial e de ensino por muito tempo, atualmente o Estado adotou uma política bilíngue para o ensino. No caso da Guiné-Bissau, observamos que, até hoje, não existe nenhuma política bilíngue para as línguas locais, mesmo tendo mais de 20 línguas étnicas e, além disso, a língua guineense, que é considerada a língua que une todo o povo. Considerando esses fatos sociais, os países apresentam contextos que nos levam a utilizar uma abordagem qualitativa com traço bibliográfico para podermos compreender melhor o fenômeno da pesquisa. Procuramos dialogar com teóricos que trazem contribuições relevantes sobre o tema. Portanto, considerando as articulações linguísticas que fizemos, concluímos que a educação bilíngue é essencial para o ensino num contexto como o de Guiné-Bissau e Moçambique, pois ajuda as crianças que não têm domínio da língua portuguesa a se situar a partir da sua língua materna. Este é um caso em que a Guiné-Bissau precisa adotar políticas para permitir que os guineenses beneficiem de uma aprendizagem contextualizada e, além disso, irá ajudar na promoção da identidade cultural e linguística do próprio povo. Em Moçambique, apesar de ter uma política bilíngue, avaliamos que ainda há lacunas que o Estado precisa preencher para que haja uma educação bilíngue eficaz e com mais recursos para o povo moçambicano.

Palavra-chave: Políticas. Ensino bilíngue. Moçambique. Guiné-Bissau.

¹ Licenciada do curso de Letras Língua-Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS. E-mail: rodriguesfevanessa@gmail.com.

² Licenciada em Ensino de Francês pela Universidade Eduardo Mondlane – UEM, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS. E-mail: mendonca.leny@gmail.com.

³ Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - DCH - PPGELS - Campus VI - Caetitê - BA. E-mail: ecarvalho@uneb.br.



INTRODUÇÃO

O contexto histórico de Guiné-Bissau e Moçambique foi marcado pela colonização europeia, na qual Portugal esteve no domínio dos dois países. A Guiné-Bissau é um país pequeno situado na África ocidental com uma superfície de 36. 125 km². Moçambique, oficialmente designado República de Moçambique, fica localizado na costa oriental da África Austral, com uma área terrestre de 801.590 km². Ambos apresentam uma grande diversidade linguística, étnica e cultural.

A colonialidade é um fator que persiste nas estruturas sociais, culturais e educacionais de muitos países africanos, mesmo após a independência destes países. Em países como Guiné-Bissau e Moçambique, a herança colonial se manifesta fortemente no sistema educacional, onde a língua portuguesa, imposta durante o período colonial, continua a ser a principal língua de ensino, de trabalho e de prestígio no meio de tanta diversidade linguística destes países. Levando em consideração essa situação, o presente artigo busca desconstruir a colonialidade no ensino, explorando o potencial do bilinguismo como uma abordagem que pode desafiar e transformar as práticas educacionais coloniais em Moçambique e Guiné-Bissau.

Este trabalho tem como objetivos geral desconstruir a colonialidade no ensino, explorando o potencial do bilinguismo como uma abordagem que pode desafiar e transformar as práticas educacionais coloniais em Moçambique e Guiné-Bissau. Os nossos objetivos específicos são: 1-apresentar a situação histórica e sociolinguística de Guiné-Bissau e Moçambique; 2- Analisar o contexto linguístico moçambicano e as razões da implementação do bilinguismo e os desafios dessa política; 3-Identificar os entraves a não aplicação de uma política bilíngue no ensino guineense, o valor da língua guineense e as vantagens na implementação dessa língua para o ensino.

Em suma, a nossa justificativa centraliza-se na perspectiva de que a desconstrução da colonialidade no ensino é fundamental para promover as línguas locais e a valorização das culturas e identidades nacionais em Guiné-Bissau e Moçambique, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Verifica-se que, a persistência da ideologia colonial no ensino perpetua a dominação cultural e epistemológica, o que nos leva a pensar em explorar estratégias como o bilinguismo para promover a descolonização do



conhecimento e valorizar os saberes locais. Dessa forma, entendemos que o bilinguismo pode ser um mecanismo essencial para transformar o ensino em Guiné-Bissau e Moçambique, tornando-o mais relevante, inclusivo e eficaz para os contextos socioculturais desses países.

METODOLOGIA

Para este estudo, utilizamos a abordagem qualitativa com base no procedimento bibliográfica. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva. Para (TRIVIÑOS, 1987 apud Gerhard; Silveira, 2009), “a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. ” Sendo assim, esta pesquisa permitiu-nos descrever as características sobre o bilinguismo em Guiné-Bissau e Moçambique de maneira mais clara.

De acordo com Gerhard; Silveira, 2009. p. 32, a pesquisa qualitativa “[...] buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos [...] e se valem de diferentes abordagens. ” No entanto, a utilização desta pesquisa ajudou-nos na compreensão e interpretação do objeto desta pesquisa, explorando as questões históricas sociais, linguísticas e culturais de Guiné-Bissau e Moçambique. Portanto, no que se refere à pesquisa bibliográfica, (Gerhard; Silveira, 2009, p. 36), definem que, esta pesquisa “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. ” Dessa forma, exploramos artigos científicos, livros e sites para fundamentação da nossa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos e discutimos os principais pontos relacionados aos nossos objetivos. As discussões foram alicerçadas nos trabalhos que abordam temáticas como esta. Para isso, dividimos em dois sessões a fim de abordar com mais especificidade cada ponto.

O BILINGUISMO NO ENSINO COMO FERRAMENTA DE DESCONSTRUÇÃO



EM GUINÉ-BISSAU

A situação sociolinguística da Guiné-Bissau é muito complexa. Pois, apesar da diversidade linguística que o próprio país apresenta, não há reconhecimento da língua nacional (guineense) por parte do Estado no que se refere a uma política de inclusão dessa língua ensino. O país ainda continua a perpetuar a ideologia colonial no âmbito de ensino da língua nas escolas, pois a língua portuguesa é uma herança colonial, mesmo assim é a única língua que possui uma política com direito a oficialidade e no ensino do próprio país, fato que foi comprovado no Decreto no 7/2007, p.2, que defende o uso da obrigatoriedade da língua portuguesa nos espaços escolares pelos professores e alunos.

As nossas propostas em adoção de uma política bilíngue, aposta-se na língua guineense, porque seria mais justo e viável inserir esta língua no ensino, que é uma língua verdadeiramente nacional e falada em todo território, do que as línguas étnicas que é dividido por grupos étnicos e seus falantes misturam-se em todas as regiões do país. No entanto, entendemos que a inserção da língua guineense a par do português gerará múltiplos benefícios para os alunos, como também vai contribuir em descolonizar os conhecimentos que muitas vezes são criadas para estigmatizar as línguas locais.

No trabalho intitulado a Educação bilíngue no Brasil, de (MIGALE, 2019, p.40), lê-se que, “os multiletramentos também promovem a percepção das múltiplas formas de representação e de compreensão do mundo, uma vez que pressupõem compreender as várias possibilidades de significar de acordo com o contexto e a cultura. No contexto de uma possível implementação do bilinguismo em Guiné-Bissau. Ao pesquisar sobre as políticas linguísticas para o ensino bilíngue no contexto multilíngue, como Angola, Bernardo explica que:

Assumimos que o monolinguismo adotado pelos países colonizados tende a provocar um número excessivo de reprovações e desistência no sistema escolar. A tática da ideologia monolíngue, criada pelas políticas de Estado, produz efeitos delicados para um contexto plural que envolve identidade sociocultural e linguística. As políticas monolíngues, por fim, violam o direito de o indivíduo expressar-se na sua própria língua. (BERNARDO, 2018, p. 57).

A Guiné-Bissau é também um desses países que não respeitam os Direitos Linguísticos dos guineenses. Na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, prevê que: no artigo 29o, inciso “1. Todos têm direito ao ensino na língua própria do território



onde residem". Na mesma declaração, referente ao ensino, no inciso 2, do artigo 23, assegura que: "o ensino deve contribuir para a manutenção e o desenvolvimento da língua falada pela comunidade linguística do território onde é ministrado. (UNESCO, 1996, p.10). Entretanto, apesar dessa chamada de atenção da UNESCO em valorização das línguas locais e inclusão delas no ensino, em Guiné-Bissau ainda é um problema, pois o ensino não preserva e nem fortalece nenhuma língua do país, principalmente a língua guineense que é usada dia a dia.

A língua portuguesa como única língua oficial em Guiné-Bissau pode instituir, barreiras para aquelas que não dominam bem a língua portuguesa, dificultando em compreender conteúdos e na interação na sala de aula. Esse ensino, pode ainda fazer com que estes sujeitos sintam inferiores, incapazes e menos inteligentes nos seios dos que tenham domínio do português.

Nos estudos que fizemos, por exemplo, vimos as línguas moçambicanas, recentemente foram integradas no sistema nacional de educação. Um passo que julgamos importante e significativo para o povo Moçambicano. Embora que ainda esse ensino enfrenta alguns problemas, como a questão da "incredibilidade" por parte dos falantes dominante do português, na qual defendem que o ensino bilíngue não facilita a comunicação, como também a "incapacidade" por parte dos gestores da educação, onde reclamam do financiamento para formação dos professores. (Nhampoca, 2015).

Portanto, em Guiné-Bissau, é muito provável que o problema semelhante possa acontecer, principalmente os desafios relacionados ao financiamento para formação dos professores. Mas, a Guiné-Bissau sendo um dos poucos países da África que tem uma língua tipicamente do país, que consegue unir todo o povo (o guineense), acreditamos que o ensino bilíngue tem maior probabilidade de não ter problemas, a não ser que o Estado não tiver condições financeiras para implementação e manutenção dessa política.

O BILINGUISMO COMO CAMINHO PARA INCLUSÃO E DESCOLONIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país rico em diversidade linguística e cultural, que combina tradições africanas e heranças coloniais. Com a invasão europeia as línguas bantus passaram a ser estigmatizadas pela ideologia colonial, essas línguas que funcionavam como meio de produção de saberes e identidade nacional. Sobre isso (Abdula, Timbane,



Quebi, 2017, p.31) “afirmam que as línguas africanas no período colonial eram/ são atribuídos como erradas feias, ruins, pobres, atrasadas”. Essas línguas ainda são inferiorizadas na sociedade moçambicana tanto que por muito tempo não tinham expressividade nos espaços escolares e nas instituições públicas. A língua foi usada como instrumento de dominação cultural e exclusão social, criando uma hierarquia linguística que perdura até hoje nas instituições, particularmente nas escolas. Em detrimento disso, autores explicam que:

o português continuou a ser usado especificamente nas grandes cidades e as línguas africanas permaneceram isoladas em ambientes informais e confinadas aos círculos residenciais periurbanos e rurais, ou seja cada uma actuando no seu espaço. Infelizmente, depois das independências nacionais, os novos governos não tiveram a devida atenção em tratar essa questão com maior respeito possível. Assim sendo as marginalizações que as línguas sofreram no período da colonização continuam ocorrendo nos dias de hoje mesmo sendo os próprios nacionais que traçam as políticas linguísticas. O português continua sendo a única língua de ensino e de administração. No entanto, e preciso reconhecer que ela tem passado por processos de variação se comparamos com a norma-padrão europeia. (ABDULA, TIMBANE, QUEBI, 2017, p. 34).

Considerando o acervo acima, concordamos que ainda a língua portuguesa continua a beneficiar dos privilégios que foram criadas no período colonial, embora na sociedade moçambicana a língua portuguesa já não é a única língua do ensino, sendo utilizadas as línguas bantus. Inclusive, as dinâmicas de convivência entre o português, e as diversas línguas bantu, regionalmente distribuídas e a ausência de uma língua franca nacional, que não seja o português, que se torna crucial analisar as implicações e os desafios da introdução do bilinguismo em Moçambique. As propostas de bilinguismo buscam dialogar com essa realidade multifacetada, visando tanto a promoção das línguas nacionais quanto a garantia do acesso e da inclusão através da língua oficial. Entretanto, algumas mudanças começam a se registrar a partir do início da década de 1990, quando as ideologias, discursos e políticas linguísticas começaram a estar orientadas para alguma forma de multilinguismo.

A constituição Moçambicana no seu Artigo 5, inciso 2, prevê a promoção e o desenvolvimento do uso das línguas locais na vida pública, principalmente no âmbito educacional. (República de Moçambique, 1990). Apesar da aprovação desta declaração,



a mesma não teve impacto de imediato, persistindo o uso da língua portuguesa nos espaços públicos e no sistema nacional de educação.

Neste âmbito o Artigo 4 do Decreto 6/92, prevê que o Sistema Nacional de Educação deve, no quadro dos princípios definidos na presente lei, valorizar e desenvolver as línguas nacionais, promovendo a sua introdução progressiva na educação dos cidadãos. (República de Moçambique, 1992 apud Chimbutane, 2022).

Nessa perspectiva houve discussões no âmbito linguístico que influenciaram para a implementação das primeiras experiências de educação bilingue para crianças e adultos, a partir dos meados dos anos 1990, o cenário que envolve o uso do Português e de línguas moçambicanas. CHIMBUTANE, 2022. Sendo assim, o contexto linguístico que se vive atualmente em Moçambique propicia a promoção e valorização das línguas e culturas locais.

Heugh (2008), afirma que os sistema de educação bilíngue, que utilizam a língua materna como uma ferramenta de ensino quando implementados por um período de pelo menos seis a oito anos produzem resultados significativos em termos de compreensão de conteúdos escolares e praticas de leitura e escrita, retenção escolar. Para o autor, ensinar a língua materna do próprio aluno facilita melhor nos domínios dos conteúdos, o que promove uma base preparada para enfrentar a segundo língua.

Quanto a introdução da educação bilíngue em Moçambique, Chimbutane explica que:

É nesta senda, que em 2003, ocorreu a introdução da educação bilíngue no ensino primário, que marcou o início de uma nova era no processo de desenvolvimento das línguas locais em Moçambique e catalisou a mudança de atitudes em relação a estas línguas e culturas associadas. “Estas línguas, secularmente minorizadas e marginalizadas, começam a expandir-se para domínios e funções formais [...] como instrumentos válidos para a produção e transmissão de saberes, incluindo saberes escolares” (CHIMBUTANE, 2011, apud CHIMBUTANE, 2022, p. 9).

Dessa forma, o uso das línguas bantu no ensino primário facilita o engajamento dos alunos e contribui para a retenção escolar dos alunos, principalmente em comunidades rurais, pois os alunos compreendem com facilidade e mais profundidade os conteúdos quando são transmitidos em línguas locais. Portanto, infere-se, que a implementação da educação bilingue ainda enfrenta desafios, de varia ordem que precisam ser sanados para



o desenvolvimento da educação linguística moçambicana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico de Guiné-Bissau e Moçambique, marcado pela colonização europeia, teve impactos intensos nas línguas e culturas locais. Em ambos os países, a imposição da língua portuguesa como única língua de ensino durante o período colonial resultou no prestígio do português e na marginalização e estigmatização das línguas locais.

A adoção de políticas bilíngues, como em Moçambique, representa um passo significativo para a descolonização do conhecimento e a promoção da inclusão social e da valorização das línguas locais moçambicanas. Entendemos que, a implementação do bilinguismo no ensino num país multilíngue pode contribuir no desenvolvimento educacional e na aprendizagem dos alunos, principalmente para aqueles que não têm o português como língua materna.

No entanto, compreendemos que em Guiné-Bissau, o Estado não reconhece a diversidade linguística existente no país, sendo um país diversificado em termos linguísticos. Nesse sentido, inferimos que, enquanto a língua portuguesa continua a ser a única língua oficial e do ensino, as crianças que não são fluentes ou têm dificuldades em compreender o português terão problemas no processo de ensino e aprendizagem. Sugerimos que, a língua guineense, sendo a maior língua do território nacional deveria estar inserido no ensino, e isso, vai ajudar na promoção de identidade cultural e reduzir as desigualdades linguísticas, permitindo assim, que os alunos tenham uma educação linguística que irá desconstruir o pensamento de achar que quem fala a língua europeia é mais inteligente.

Em Moçambique, apesar dos desafios, como o financiamento e a formação de professores que precisam ser superados, concluímos que ainda é um exemplo que a Guiné-Bissau precisa seguir para romper com a colonialidade presente no ensino. A adoção de uma política bilíngue, utilizando a língua guineense, poderia trazer benefícios semelhantes. Portanto, entendemos que o bilinguismo é melhor caminho para promoção e valorização da cultura e línguas africanas, particularmente em Guiné-Bissau e



Moçambique.

REFERÊNCIAS

ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo; TIMBANE, Alexandre António; QUEBI, Duarte Olossato. As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, n. 31, p. 21-44, 2017.

BERNARDO, Ezequiel Pedro José et al. Política linguística para o ensino bilíngue em Angola. 2018.

CHIMBUTANE, Feliciano. Educação bilingue em Moçambique: discursos, políticas e práticas. Maputo: Escolar Editora, 2022.

MEGALE, Antonieta. Educação bilíngue no Brasil. **São Paulo: Fundação Santillana**, v. 1, 2019.

NHAMPOCA, Ezra Chambal. Ensino bilingue em Moçambique: introdução e percursos. Working Papers em Linguística, v. 16, n. 2, p. 82-100, 2015. MEGALE, Antonieta. Educação bilíngue no Brasil. São Paulo: Fundação Santillana, v. 1, 2019.

FIRMINO, Gregorio. Diversidade linguística e desenvolvimento nacional: questões sobre política linguística em Moçambique. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo**, v. 129, p. 118-129, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1a ed. Editora da UFRGS, 2009.

Heugh, K. (2008) Language policy and education in Southern Africa. In: May, S. & Hornberger, N.H. (eds). Encyclopedia of language and education: volume 1. 2nd ed. New York: Springer. 355-367. <http://hdl.handle.net/20.500.11910/5809>
<http://hdl.handle.net/20.500.11910/5809>.

República da Guiné-Bissau, **Boletim Oficial**, 12 de novembro de 2007.



UNESCO. (1996). Declaração Universal Dos Direitos Linguísticos.

